3) Autorizar a actualização e passagem de segundas vias de certificados de condução da Marinha, incluindo ao pessoal na reserva fora da efectividade e na reforma.

3 — São revogados os meus despachos n.os 6010/2006 (2.ª série), de 21 de Fevereiro, e 9493/2006 (2.ª série), de 12 de Abril.

22 de Setembro de 2006. — O Superintendente, *Manuel Raul Ferreira Pires,* vice-almirante.

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 20 313/2006

Por despacho de 16 de Agosto de 2006 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente do Serviço do Pessoal, foram celebrados contratos administrativos de provimento com Rui Filipe Rodrigues Gomes, segundo-sargento da Marinha em regime de contrato, João Paulo de Sousa Pereira, primeiro-sargento do Exército, em regime de contrato, José Carlos Magalhães Marques, subsargento da Marinha, em regime de contrato, Cláudia Sofia Marques Ramalho, assistente administrativa em regime de contrato administrativo de provimento, do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, e João Carlos Nunes Garcez Gomes, técnico profissional de 2.ª classe, em regime de contrato administrativo de provimento, do Instituto Politécnico de Santarém, e nomeados em comissão de serviço extraordinária Vítor Miguel de Almeida Fernandes, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco Xavier, E. P. E., e José Augusto Alves Vaz, assistente administrativo do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, precedendo concurso, por seis meses, para realização do estágio, com vista ao ingresso na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro do pessoal civil da Marinha.

15 de Setembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira,* capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 20 314/2006

Por despacho do Ministro da Justiça de 8 de Setembro de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, para a categoria de consultora jurídica principal, ficando posicionada no escalão 2, índice 560, do mesmo quadro de pessoal, a licenciada Ana Maria Pardal Peralta, consultora jurídica de 1.ª classe do quadro de pessoal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, posicionada no escalão 4, índice 545. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Despacho (extracto) n.º 20 315/2006

Por despacho do Ministro da Justiça de 11 de Setembro de 2006, foram nomeadas, precedendo concurso, para a categoria de assessor jurídico principal, ficando posicionadas no escalão 1, índice 710, do mesmo quadro de pessoal, as licenciadas Lénia da Silva Godinho Lopes e Isabel Luísa Barahona Monteiro Gonçalves Simões, assessoras jurídicas do quadro de pessoal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, posicionadas no escalão 2, índice 660, e no escalão 3, índice 690, respectivamente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 20 316/2006

Por despachos de 14 de Setembro de 2006 do director-geral:

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz a licenciada Custódia Delfina Pereira Marques, conservadora dos Registos Civil e Predial de Penacova.

Foi nomeado para o lugar de conservador do Registo Civil de Penafiel e exonerado à data da posse do novo lugar o licenciado Luís Filipe Magalhães Sarmento, conservador dos Registos Civil e Predial de Resende, a exercer interinamente as funções de conservador do Registo Civil de Valongo.

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Predial das Caldas da Rainha a licenciada Maria Dolores Mirão Neto, conservadora dos Registos Civil e Predial de Óbidos.

Foi nomeada para o lugar de conservadora do Registo Civil do Fundão e exonerada à data da posse do novo lugar a licenciada Maria Irene Rocha Mortinho, conservadora dos Registos Civil, Predial e notária de Vila Velha de Ródão.

Foi nomeado para o lugar de conservador do Registo Predial de Albufeira e exonerado à data da posse do novo lugar o licenciado Martinho Nogueira da Silva, conservador do Registo Predial de Silves, a exercer funções em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral.

Foi nomeado para o lugar de conservador interino do Registo Comercial de Sintra o licenciado Rui Miguel Madureira Almeida, conservador dos Registos Civil e Predial do Entroncamento.

Por despacho de 15 de Setembro de 2006 do director-geral:

Foi nomeada para o lugar de conservadora interina da 5.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa a licenciada Lídia Sofia Duarte Ribeiro, conservadora dos Registos Civil e Predial de Campo Maior.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 20 317/2006

Por despacho de 19 de Setembro de 2006 da subdirectora-geral dos Registos e do Notariado, no uso de competência delegada (*Diário da República,* 2.ª série, de 9 de Dezembro de 2005), são nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto na categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, os seguintes funcionários, ficando exonerados dos lugares de origem à data da aceitação dos novos lugares:

Ana Paula Lúcio Fialho, assistente administrativa principal (5.º escalão, índice 269) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 2.º escalão, índice 280.

Maria Emília Cordeiro Bento, assistente administrativa principal (5.º escalão, índice 269) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 2.º escalão, índice 280.

Adérito Caridade Marcelino de Melo, assistente administrativo principal (5.º escalão, índice 269) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionado no 2.º escalão, índice 280.

José Joaquim Ferreira Machado, assistente administrativo principal (4.º escalão, índice 254) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 269.

Viriato Ramos Guedes, assistente administrativo principal (6.º escalão, índice 290) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionado no 4.º escalão, índice 316.

Yolanda Amélia Cardoso Cruz, assistente administrativa principal (2.º escalão, índice 233) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 269.

Maria João Vicente Lopes, assistente administrativa principal (2.º escalão, índice 233) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 269.

Maria Emília Saraiva dos Santos Tente, assistente administrativa principal (5.º escalão, índice 269) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 2.º escalão, índice 280.

Anabela de Jesus Rodrigues Costa, assistente administrativa principal (6.º escalão, índice 290) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 4.º escalão, índice 316.

Maria Antónia Gomes dos Santos Avis, assistente administrativa principal (6.º escalão, índice 290) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 4.º escalão, índice 316.

Jesuína Maria Coelho do Carmo, assistente administrativa principal (6.º escalão, índice 290) do quadro de pessoal da Direcção-Geral

dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 4.º escalão, índice 316.

João António Fernandes Coelho da Silva, assistente administrativo principal (2.º escalão, índice 233) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 269.

Filomena Maria Rodrigues de Sá Flório Oliveira, assistente administrativa principal (6.º escalão, índice 290) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 4.º escalão, índice 316.

Maria Helena Ferreira Borges Neiva, assistente administrativa principal (5.º escalão, índice 269) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando posicionada no 2.º escalão, índice 280.

Helena Manuela dos Santos Correia, assistente administrativa especialista (2.º escalão, índice 280) do quadro da ex-Junta Autónoma de Estradas, mantendo a mesma situação remuneratória.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete de Relações Internacionais

Aviso n.º 10 864/2006

Nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, constante da Portaria n.º 877/2000, de 27 de Setembro.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Conteúdo funcional — assessoria à direcção, planeamento da actividade geral do Gabinete, apoio jurídico e análise de documentos técnicos provenientes das instituições comunitárias e internacionais, elaboração de informações, memorandos e pareceres relativos a todas as áreas de actividade do Gabinete de Relações Internacionais e elaboração de documentos de carácter negocial e de textos de direito internacional.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.os 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e o Código do Procedimento Administrativo.

4 — Local de trabalho e remuneração — Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa, escalão 1, índice 610.

5 — Requisitos gerais e especiais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

A avaliação do desempenho é obrigatoriamente considerada para efeitos de promoção — n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

6 — Método de selecção — nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Os critérios de aplicação e ponderação a utilizar na selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da primeira acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos nos termos legais.

7 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao Director do Gabinete de Relações Internacionais, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua de O Século, 51, 4.º, 1200-433 Lisboa.

8.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação — nome, estado civil, residência, código postal e telefone;

b) Categoria, vínculo e serviço a que pertence;

c) Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;

c) Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, sem arredondamento, obtidas nos últimos três anos;

d) Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

9 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho, subdirectora do Gabinete de Relações Internacionais.

1.º vogal efectivo — Licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, directora de serviços Administrativos e Financeiros da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

2.º vogal efectivo — Licenciada Maria Celeste Ferreira Costa Pina Simões Machado, assessora principal do Gabinete de Relações Internacionais.

1.º vogal suplente — Licenciada Maria do Carmo Gonçalves Crespo Viana Correia da Cunha, assessora principal do Instituto do Ambiente, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

2.º vogal suplente — Licenciada Isabel Maria Montes Mertens, assessora principal do Gabinete de Relações Internacionais.

A presidente do júri será substituída, nas suas ausências e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção:

> «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

22 de Setembro de 2006. — A Subdirectora, *Alexandra Ferreira de Carvalho.*

Instituto da Água

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Rectificação n.º 1448/2006

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 19 033/2006 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 19 de Setembro de 2006, rectifica-se que onde se lê «com a categoria de técnica superior principal» deve ler-se «técnica superior 1.ª classe».

19 de Setembro de 2006. — Pelo Presidente, por delegação, a Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Maria Malta.*

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho n.º 20 318/2006

A Câmara Municipal de Lagos apresentou a financiamento do Programa Operacional do Algarve (PROALGARVE) quatro candida-